

Coisas do governo... *

Alfredo Veiga-Neto **

Palavras-chave:

Michel Foucault — governo — governmentação — governamentalidade
Razão política — Etimologia — Estado moderno — governabilidade

*Os nomes não se aprendem sozinhos;
aprendem-se alojados em pequenas histórias.
(Lyotard, 1993, p.45)*

Uma explicação inicial

De saída, é preciso fazer um esclarecimento sobre este capítulo. Basta compararmos o título acima com o título da minha fala na *Sessão de Abertura do Colóquio Foucault-Deleuze* — ocorrido na UNICAMP, em novembro de 2000, e cujo Programa está no Capítulo I deste livro— para que se pergunte: afinal, que tem uma coisa a ver com a outra?

Naquela Sessão de Abertura, eu havia apresentado e discutido o que então chamei de apontamentos de um Projeto de Pesquisa. Sob o título *O descontrole da máquina: a escola na sociedade de controle*, eu então discutia os papéis da escola moderna como máquina instituidora da Modernidade, para perguntar sobre seu estatuto atual, num mundo em que se colocam em crise os pressupostos iluministas que instituíram a própria Modernidade. Em outras palavras, o que muitos têm dito é que, enquanto maquinaria que promoveu fortes e eficientes articulações entre a disciplina, a normalização e o biopoder, a escola moderna parece “não servir mais” —pelo menos com a força e no sentido com que até agora serviu— para dar respostas ao que se costuma denominar “demandas do mundo contemporâneo”. O que se costuma dizer é que a escola está em crise.

Pensar essas questões num registro em que se possa combinar Michel Foucault e Gilles Deleuze tem sido muito promissor. O que eu então fiz naquela Sessão de Abertura foi mostrar a produtividade dessa combinação, tanto trazendo alguns dos “resultados” de minhas investigações dos últimos anos, quanto propondo novos problemas de pesquisa que nos ajudem a compreender a crise da educação escolarizada como uma crise que se articula com a crise da própria Modernidade.

Acontece que, por vários motivos, aquele texto que dava suporte à minha fala ficou um tanto defasado. Isso foi assim porque, de um lado, este livro demorou mais do que se esperava para ser publicado e, de outro lado, e por isso mesmo, acabei levando adiante as discussões sobre o descontrole da máquina. Seja como for, o que então eu chamara de apontamentos acabou frutificando e se desdobrando e dando origem a outras publicações (Veiga-Neto, 2000, 2001, 2002). Reconheço que tais desdobramentos devem bastante àquele Colóquio.

Ao mesmo tempo, ao reunir os textos dos e das colegas que prontamente atenderam ao nosso chamado, fui me dando conta de que talvez valesse a pena eu sistematizar algumas idéias com as quais eu vinha, há tempo, me envolvendo e que até mesmo haviam surgido ao longo do Colóquio. Quanto mais eu me ocupava com as revisões e a editoração deste livro, mais me parecia oportuno substituir o meu *O descontrole da máquina: a escola na sociedade de controle* por um outro texto; um texto que fosse talvez mais prático e que viesse a contribuir para a nomenclatura

foucaultiana —e, de certo modo, também deleuziana— em língua portuguesa. Ora aqui, ora ali, foi ficando claro que em algumas —poucas, é verdade— passagens dos textos que eu ia revisando, bem como alguns dos outros textos aos quais aqueles faziam referência, teriam a ganhar em clareza e rigor se houvesse, em nossa língua, palavras capazes de expressar melhor certos conceitos. Dentre tais palavras, talvez pela maior frequência, talvez porque tenham surgido várias vezes nas discussões durante o Colóquio, resolvi me deter sobre as derivações de *governo*. Reuni algumas anotações e me atirei à tarefa de problematizar as relações lexicais entre *governo*, *Governo*, *governar*, *governação*, *governamental*, *governável* e *governabilidade*. Entre todas as derivações dicionarizadas, não encontrei nem *governo* nem *governamentalidade*. A primeira delas é usual nos textos foucaultianos em língua portuguesa; a segunda, que eu venho usando há alguns anos, não.

Assim, reuni algumas anotações e resolvi me atirar à tarefa de examinar mais de perto essas duas formas que Foucault usou, em francês, como *gouvernement* e *gouvernementalité*.

Neste capítulo, dedico-me a defender o uso de *governo* e de *governamentalidade*, duas palavras que não constam nos melhores dicionários da nossa língua. Meu objetivo não é complicar ainda mais a terminologia do campo dos estudos foucaultianos, mas tão somente argumentar a favor de vocábulos ou expressões capazes de dar conta de modo mais rigoroso, agudo e matizado de noções, conceitos e teorizações nesse campo. Assim, minha participação neste livro, além de tudo o mais com que nos envolvemos —Margareth Rago, Luis Orlandi e eu—, acabou ficando um tanto técnica. Desse modo, o que segue oscila entre um exercício de lexicologia e uma revisão de conceitos que Michel Foucault desenvolveu principalmente a partir da sua (se é que podemos dizer assim...) fase genealógica.

Entre a parcimônia e o esbanjamento

É sempre difícil estabelecer os limites entre a parcimônia e o esbanjamento, entre a economia e a dissipação. No caso da escrita do texto, essa dificuldade manifesta-se de várias maneiras: na retórica, nas amarrações argumentativas, no vocabulário, no recurso à bibliografia, etc. Nunca é fácil atingir o equilíbrio *entre* o dizer tudo o que se tem a dizer, de forma clara, e o manter o texto legível, fluente, interessante, produtivo. O quanto é necessário recorrer a palavras especiais? Até que ponto o jargão ajuda ou atrapalha? Por que a crescente profusão de expressões, na maioria dos campos de conhecimento? É aí que se tornam úteis as palavras de Rorty (1988, p.288): “é preciso abandonar a noção de correspondência, tanto para as frases como para os pensamentos, e ver as frases como estando mais ligadas às outras frases do que ao mundo”. É esse “estar ligado a outras frases” que nos obriga sempre, ao escrever e ao ler, mantermos ressoando outras frases, de outros discursos, que se conectam com o que estamos escrevendo ou lendo. É por isso que, em alguns campos, parece proliferar demais a nomenclatura, enquanto que em outros parece ocorrer uma profusão retórica.

Valho-me livremente da paradigmologia kuhniiana para fazer uma distinção entre as duas grandes áreas que se convencionou chamar de *hard* e *soft*.¹ Se nas áreas mais paradigmáticas a retórica é acessível —porque é simples, seca e descarnada—, é o jargão que parece servir de obstáculo aos “de fora”; nas áreas não-paradigmatizadas, ocorre o inverso. Os que estão no primeiro grupo vêem os do segundo como (desnecessariamente) verborrágicos; esses vêem aqueles como (desnecessariamente) impenetráveis. Seja com o jargão, seja com a retórica, cada um tem as suas dificuldades, cada um está às voltas com seus próprios limites.

Para ser mais específico, trago o problema do vocabulário técnico. Se, num determinado enunciado, um termo técnico pode ser necessário —na medida em que serve de elo com outros enunciados de uma mesma série discursiva—, ele pode, por outro lado, ser um complicador, um estorvo, um “a mais” que só dificultará a fluência e até a compreensão dos enunciados. É na demarcação do limite entre o necessário e o supérfluo de uma palavra técnica que está a dificuldade a que me refiro.

¹ Isso não significa, é claro, que eu esteja tomando essa distinção como tranquila e “correta”.

Quando tematizamos sobre conceitos que fazem parte de descrições e teorizações mais ou menos intrincadas, complexas, refinadas, esse dilema torna-se agudo. E fica ainda mais problemático quando abandonamos a noção de que os discursos seriam combinações de palavras que funcionariam como signos que servem para representar as coisas do mundo. É claro que “os discursos são feitos de signos; mas o que eles fazem é mais do que utilizar esses signos para designar coisas” (Foucault, 1987, p.56).

Lembro que a proliferação dos termos técnicos só se justifica se tiver, como objetivo, clarear e refinar os sentidos que se quer dar ao discurso e dele retirar maiores possibilidades nas (talvez...) infinitas leituras a que ele se abre. Com isso, antecipo que a ressurreição de *governo* e a defesa de *governamentalidade*, desenvolvidas nas duas seções a seguir, não têm o objetivo de fixar, ao fim e ao cabo, palavras que pudessem apreender os sentidos a que elas remetem, na crítica foucaultiana da Razão Política. Nem se trata, outrossim, de dizer que tais sentidos estariam sendo “deturpados” pelo uso de palavras erradas. É claro que pretensões desse tipo não fazem qualquer sentido na perspectiva em que este livro se movimenta.

Governo e governo

É a partir desses entendimentos que eu proponho que se ressuscite, na língua portuguesa, a palavra *governo*. Tal ressurreição tem o como objetivo de tornar mais rigoroso e mais fácil o duplo entendimento que, na perspectiva foucaultiana, é possível atribuir à palavra *governo*. Foi por isso, certamente, que o filósofo usou duas palavras diferentes —*gouverne* e *gouvernement*— em seus escritos de Filosofia Política. Para compreendermos melhor a questão, esclareço que, no âmbito da literatura que mais tem circulado entre nós, essas duas palavras são de uso corrente tanto na língua francesa (Le Nouveau Petit Robert, 1993; Larousse, 1979), quanto nas línguas espanhola (Diccionario de la Real Academia Española, 1995) e inglesa (Webster’s, 1961).

Vejamos, de modo muito sucinto, em que consiste, na perspectiva foucaultiana, esse duplo entendimento que, na língua portuguesa, é expresso por uma única palavra —*governo*.

Como discuti em outro lugar (Veiga-Neto, 1995), a crítica de Michel Foucault à razão política foi desenvolvida —e vem sendo desdobrada por muitos outros autores— na contramão das teorizações mais difundidas da Politologia. Seguindo Nietzsche e dando as costas para qualquer fundamentação transcendental, o filósofo examinou genealogicamente como o poder se “organizou”, se “ativou”, de modo a engendrar certas práticas discursivas e não-discursivas. Trata-se de práticas que funcionaram como condições de possibilidade para a emergência da noção moderna de Estado e de tudo o mais que se implica tanto na vida política de hoje, quanto nas próprias tentativas de instituir o sujeito moderno (Sennelart, 1995).

Analisando as dificuldades que se estabeleceram, ao longo do século XVII, pelo embate entre a soberania e a família, Foucault nos mostra que a arte de governo —esse conjunto de saberes que estatui uma racionalidade própria, particular ao Estado— só conseguiu se desbloquear quando mudaram as condições econômicas e demográficas da Europa e, por isso mesmo, se articulou o conceito moderno de população e, na esteira deste, também o conceito moderno de economia. Também o conceito de governo mudou no sentido de se restringir. Se, pelos fins do Renascimento, *governar* não se referia apenas à gestão política e do Estado, senão que se referia também “à maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes” (Foucault, 1995, p.244), na Modernidade o uso da palavra *governar* se restringiu às coisas relativas ao Estado.² O filósofo nos mostra que o estreitamento do significado de governo decorreu do fato de que “as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado” (ib., p.247). É daí que se coloca uma nova questão política para a Modernidade: a relação entre a segurança, a população e o governo. Para dar conta dessa questão, “a arte do governo começou a tornar-se Ciência Política” (Foucault, 1992, p.290). Todo esse

² É interessante notar que o registro, em francês, do verbo *gouverner*, com o sentido de orientar ou conduzir (um navio, as ações alheias, etc.) data de 1150, enquanto que com o sentido político esse mesmo verbo só viria a ser usado no início do século XVI. (Larousse/Lexis, 1979).

processo é resumido pelo filósofo nas seguintes palavras: “Em suma, a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura de soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política” (ib.).

Aquilo que entre nós se costuma chamar de *governo* —o Governo da República, o governo municipal, o Governo do Estado (em geral grafado com G maiúsculo)— é essa *instituição* do Estado que centraliza ou toma, para si, a caução da *ação* de governar. Nesse caso, a relação entre segurança, população e governo das pessoas é uma questão de Governo... E fácil ver que o uso do mesmo vocábulo para a instituição e para a ação gera bastante ambigüidade.

É justamente nesse ponto que passo a sugerir que o vocábulo *governo* —praticamente o único usado em textos foucaultianos, seja nas traduções para a língua portuguesa, seja nos textos escritos por autores de língua portuguesa— passe a ser substituído por *governo* nos casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou ato de governar.

Algumas citações ilustrarão a vantagem de usar *governo* no lugar de *governo*.

Ao discutir a arte de governar, Foucault (1992, p.280) diz:

os governantes, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem, portanto, muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos esses governos estão dentro do Estado ou da sociedade.

Por outro lado, ao comentar os saberes que são necessários ao Príncipe, Foucault (1999, p.151) explica: “Trata-se do conjunto de conhecimentos sobre o Estado, o governo, o país, necessário a quem vai ser chamado, dentro de alguns anos, quando Luís XIV tiver morrido, a dirigir esse Estado, esse governo e esse país”

É evidente que, na primeira citação, o filósofo não está se referindo a uma *instância governamental, administrativa, central*, mas a uma *ação de governar*. Na Segunda citação, ao contrário, trata-se exatamente de uma *instância governamental, administrativa, central*. Basta lermos a primeira citação fazendo a substituição de *governo* por *governo*, para se ver a vantagem do que proponho.

Vejamos mais um caso: “São as táticas de governo que permitem definir, a cada instante, o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.” (id., p.292). Numa passagem como essa, a substituição de *governo* por *governo* evitaria a possível leitura enviesada que, não raras vezes, é feita e que acarreta o entendimento de que Foucault estaria, aqui, atribuindo à instituição Governo —enquanto instância central do Estado— a decisão de definir o que compete ou não ao Estado. Basta conhecer minimamente o pensamento do filósofo para saber que, para ele, não se trata de pensar o poder e a ação política como algo que possa se distribuir, no Estado, a partir de um centro de irradiação que a teorização política moderna atribui às instituições governamentais.

Machado (1992, p.XXIII), comentando o deslocamento da arqueologia para a genealogia, explica que a questão do estado é da maior importância para essa última:

O que se deu através do projeto de explicar a gênese do Estado a partir das práticas de governo, da gestão governamental, ou da “governamentalidade”, que têm na população seu objeto, na economia seu saber mais importante e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos.

Esta passagem é particularmente útil na medida em que mostra a superposição entre “práticas de governo”, “gestão governamental” e “governamentalidade”, nenhuma delas relativa a governo enquanto instância central no Estado moderno. Aí, governamental e governamentalidade parecem clamar por *governo* e não por *governo*... Em suma: o que está grafado como “práticas de governo” não são ações assumidas ou executadas por um *staff* que ocupa uma posição central no Estado, mas são ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social; por isso, soa bem mais claro falarmos aí em “práticas de governo”.

A derivação

Dicionarizado por lingüistas mais antigos —como Laudelino Freire (1954, v.III, p.2755) e Caldas Aulete (1958, v.III, p.2469)— o vocábulo *governamento* simplesmente desapareceu dos dicionários mais recentes —como o “Aurelião” (Ferreira, 1999) e o “Michaelis” (1998)—, embora permaneça registrado no V.O.L.P. (Academia Brasileira de Letras, 1998). E mesmo naqueles dicionários mais antigos acima referidos, o vocábulo aparece com a ressalva de “em desuso”. Como sinônimo, é citado *governação*. Em ambos os casos, os dois dicionários explicam esses vocábulos como “ato, ação ou efeito de governar”.

Se no uso trivial, a palavra *governo* por si só parece dar conta de vários sentidos —pois, afinal, o substantivo pode expressar ações, estados e fenômenos (Basilio, 2000, p.51)—, no uso mais aguçado da crítica foucaultiana à Razão Política tal palavra não agüenta, isso é, ela semanticamente não dá conta dos significados que dela se reclamam. Sua ambigüidade manifesta-se a cada momento em que ela aparece, exigindo que o leitor decida de que governo se está falando. Como vimos, essa situação fica facilmente resolvida com o uso, quando for o caso, da derivada *governamento*.

Entendo que aqui se trata de uma derivação sufixal imprópria, ou seja, uma derivação por sufixação que, no caso, criou um substantivo a partir de um verbo (*governar*). Trata-se, aqui, de fazer uma referência —na forma nominativa substantivada— à “ação de governar”, que, nos seus sentidos mais arcaicos significava “executar uma ação de conduzir ou dirigir as ações alheias” (cf. a forma latina *gubernare* que, por sua vez, deriva do grego *kubernan*). Conforme registra Said Ali (2001), o português antigo criava com excepcional facilidade substantivos abstratos com o sufixo *mento*; mas já a partir do século XVI isso foi ficando um pouco menos usual. De qualquer maneira, o desaparecimento de inúmeros vocábulos com essa terminação —como é o caso de *mostramento*, *repousamento*, *soltamento*, *satisfazimento* e tantos outros que nos soam estranhos— não “impediu contudo que se continuasse a empregar muitos outros e que a eles se juntassem ainda várias criações novas” (id., p.180). Eis alguns exemplos: *achamento*, *fechamento*, *merecimento*, *treinamento*³.

Do mesmo tipo é a derivação que originou *governação*. Então, por que *governamento* e não *governação*? Por que não optar pelo sufixo *ção/são*? Além do critério eufônico —talvez o mais subjetivo e arbitrário de todos os critérios e, de qualquer maneira, insuficiente para explicar por que se usam audição, perseguição, consecução, nomeação, declaração, degustação, obrigação, etc.—, penso que se pode considerar que o sufixo *mento* denota não apenas “ação ou resultado dela”, como também “instrumento da ação” e pode implicar uma “noção coletiva” (Cunha, 1975, p.115; Almeida, 1980, p.394-395), enquanto que o sufixo *ção/são* é mais restritivo a “ação ou resultado dela”.

Governabilidade nada tem a ver com governamentalidade...

Nesta seção, pretendo contribuir para o esclarecimento de uma questão em torno da qual têm divergido alguns pesquisadores, comentadores e tradutores brasileiros da obra de Michel Foucault. Trata-se da palavra com que tem sido traduzido para a língua portuguesa o conceito foucaultiano de *gouvernementalité*.

Um conceito

Na quarta lição do curso *Segurança, território, população* que Michel Foucault proferiu no *Collège de France*, em 1978, o filósofo desenvolveu um novo conceito — *gouvernementalité* — com o qual designava as práticas de governo ou da gestão governamental que “têm na população seu objeto, na economia seu saber mais importante e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos” (Machado, 1992, p.xxiii). Com isso não só o filósofo criava um conceito

³ Lembro o quanto esse último está “em ascensão”, substituindo a forma mais antiga *treino*.

sociológico e político novo, como, também, criava um neologismo: a palavra *gouvernementalité* não estava dicionarizada em francês⁴.

O projeto de Foucault era não apenas mostrar a matriz da razão política moderna, mas mostrar também de que maneira *da* pastoral cristã, característica da sociedade da lei — Estado de justiça, da Idade Média —, se tinha chegado à sociedade de regulamento e disciplina — Estado administrativo (nos séculos XV e XVI) — e, desta, à sociedade de polícia, controlada por dispositivos de segurança — Estado de governo (Foucault, 1994). Em outras palavras, seu projeto era nos revelar como o Estado moderno se governamentalizou, como se produziu “este fenômeno fundamental na história do Ocidente: a governamentalização do Estado” (Foucault, 1992, p.293).

Em conformidade com seu historicismo radical e com sua filosofia da prática, para Foucault a crítica da razão política não deveria partir da razão como se essa já contivesse em si mesma um *telos* autoritário ou totalitário. Isso não significa que a política não seja racional, mas que a razão política não se assenta numa razão transcendental, pois o sujeito moderno — “portador” da razão moderna — não é anterior nem à vida social nem, muito menos, ao Estado. Assim, aquela crítica deveria partir da genealogia do poder, do Estado e do governo modernos, a fim de que se revelassem as condições de possibilidade para a emergências das práticas discursivas e não-discursivas que acabaram engendrando não só a lógica do Estado de governo como, também, o próprio sujeito moderno (Senellart, 1995).

Vejamos de que maneira Foucault (1992) sumaria tudo isso e o conceito de *gouvernementalité*. Na longa citação que se segue, estou grafando essa palavra na forma com que aparece na tradução que Roberto Machado e Ângela Loureiro de Souza fizeram daquele clássico texto em que o filósofo estabelece as bases do novo conceito:

O que pretendo fazer nesses próximos anos é uma história da *governamentalidade*. E com essa palavra quero dizer três coisas:

1. o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permite exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
2. a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros — soberania, disciplina, etc. — e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
3. o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.

[...]

Afinal de contas, o Estado não é mais do que uma realidade compósita e uma abstração mistificada, cuja importância é muito menor do que se acredita. O que é importante para nossa modernidade, para nossa atualidade, não é tanto a estatização da sociedade mas o que chamaria de governamentalização do Estado.

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade.

[...]

São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc; portanto, o Estado em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade. (ib., p.291-292).

⁴ Quando refiro, neste texto, que uma determinada palavra não está dicionarizada é porque ela não se encontra naqueles que podem ser considerados os melhores dicionários atuais da língua (Larousse, Aurélio, Le Robert, Caldas Aulete, Laudelino Freire, La Grande Encyclopédie, Webster’s, American Heritage, etc.).

Mais tarde, Foucault dirá também que chama de *gouvernementalité* “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Foucault, 1994, p.785).

Em suma, o que se observa nesse Estado de governo é que, em termos de um balanço econômico entre poderes mobilizados e *condução de condutas* — enquanto “modos de ações de uns sobre ações as ações dos outros” (Dreyfus & Rabinow, 1995, p.244) —, “a *gouvernementalité* se dirige a conseguir o máximo resultado a partir de uma aplicação mínima de poder” (Baker, 1994, p.198).

Duas traduções (e uma terceira...)

O conceito foucaultiano de *gouvernementalité* tem sido grafado, em língua portuguesa, principalmente de duas formas: *governabilidade* e *governamentalidade*.

Entre os textos que usam a primeira forma (*governabilidade*), cito, a título de exemplo: Santos (1996) e a tradução do artigo de Senellart (1995), feita por Maria das Graças Nascimento. Como exemplos de textos que usam a segunda forma (*governamentalidade*), cito: Machado (1992), Veiga-Neto (1994), Maia (1995) e as traduções de Roberto Machado e Ângela Loureiro de Souza, de texto de Foucault (1992), e de Andrea Daher do *Resumo dos Cursos do Collège de France* (Foucault, 1997).

Além dessas duas formas principais, uma terceira — *governamentabilidade* — foi usada pelo menos uma vez, por Machado (1982).

Como se vê, existe uma disparidade nas traduções e nos usos do neologismo foucaultiano, na língua portuguesa. A uma primeira vista, essa parece se tratar apenas de uma questão que não vai além dos níveis fônico (do vocábulo em si) e mórfico (da palavra em si) — caso em que uma discussão como a que eu pretendo fazer neste texto poderia ser qualificada de acadêmica (no mau sentido que muitas vezes se dá a essa palavra). Mas, justamente porque *governabilidade*, *governamentalidade* e *governamentabilidade* se enraizam, enquanto entidades mórficas, em entidades frásicas distintas — *governável* (a primeira) e *governamental* (a segunda e a terceira) — as conotações dessas traduções, enquanto unidades frásicas, podem tomar caminhos bastante distintos.

Isso não significa querer apreender de uma vez por todas um último sentido do conceito criado por Foucault; não significa querer capturar, numa única tradução possível, um conceito tão complexo como o criado pelo filósofo. Nunca é demais lembrar que esse tipo de operação não está nem no horizonte do filósofo, nem na intenção deste texto. Além disso, também é preciso reconhecer que, levada às últimas conseqüências, a tradução “perfeita” é impossível; em outras palavras, numa situação-limite, este meu pequeno texto seria desnecessário e, talvez pior, não faria sentido para ninguém mais além de mim. Mas não vivemos nessa situação-limite; vivemos num mundo possível e, por isso, ainda que com desgastes, perdas e falta de entendimentos, nos comunicamos, explicamos nosso pensamento e traduzimos (Wittgenstein, 1987). E, também por isso, o que é preciso fazer, então, é sair, em cada caso, em cada palavra, de uma base etimológica tal que — por ser comum entre um e outro interlocutor (ou em uma e em outra língua) — cada um compreenda o que o outro diz. As bases etimológicas funcionam como faróis que, automaticamente, sinalizam em quais significados mais remotos se amarram nossas palavras (enquanto entidades mórficas) e nossos termos (enquanto entidades frásicas) (Luft, 1991), ou seja, sinalizam por onde anda nosso pensamento. Quando a base etimológica não é comum, o problema certamente aumenta, mas é ainda de mesma natureza; só que, na falta desses faróis, teremos de falar mais e mais sobre nossa própria fala.

Numa tradução da língua francesa para a portuguesa, podemos contar fartamente com esses faróis, não só em termos de radicais, prefixos, sufixos, etc. comuns, como também com inúmeras palavras inteiras que se correspondem de modo quase-biunívoco (pelo menos se não pensarmos em situações-limite...). Assim, o problema que temos pela frente não é muito difícil: quando se comparam, do francês para o português (e vice-versa) cada uma dessas palavras — *governável* e *governamental* — veremos que seus respectivos sentidos se correspondem. O mesmo acontece para o espanhol e para o inglês. Não só num sentido mais remoto todas repousam na forma grega *kubernan*, como, ainda, guardadas as peculiaridades dos sufixos em cada uma dessas línguas, essas

palavras são, digamos, de fácil tradução. Isso é assim porque nesses casos as bases etimológicas são comuns. Então, vejamos com estão dicionarizadas essas palavras.

Governável está dicionarizada, em português, como:
que se pode governar ou dirigir; dócil (Freire, 1954, p.2756).

Ou:
1. Que pode ser governado ou dirigido.
2. Dócil, obediente. (Ferreira, 1994).

Ou:
Que se pode governar, dirigível, (fig.) dócil. (Aulete, 1958, p.2470).

O sufixo nominal *-ável* — derivado do sufixo adjetival passivo latino *-bilis* (Morris, 1970) — denota “‘digno de’, ‘possibilidade de praticar ou sofrer uma ação’” (Ferreira, 1994).

Em francês, *gouvernable* está dicionarizada como:
que se pode governar; que se deixa governar (Augé/Larousse, 1977, v.3, p.839; Larousse/Lexis, 1979, p.852; Robert, 1984, p.879).

Governamental está dicionarizada, em português, como:
relativo ao governo, ministerial
partidário de um ministério. (Freire, 1954, p.2755).

Ou:
1. Pertencente ou relativo ao governo:
2. Que parte ou emana do governo.
3. Ministerial (3).
4. Indivíduo partidário de um governo; governista. (Ferreira, 1994).

Ou:
que pertence à autoridade superior, relativo ao governo;
que apóia o governo ou ministério existente, governista;
partidário do ministério. (Aulete, 1958, p.2469).

Em francês, *gouvernemental* está dicionarizada como:
que pertence ao governo; que dá sustentação ao governo (Augé/Larousse, 1977, v.3, p.839; Larousse/Lexis, 1979, p.852; Robert, 1984, p.879).

Nesses casos, tanto em português quanto em francês, o sufixo nominal *-al* denota “‘relação’, ‘pertinência’, ‘coleção’, ‘quantidade’” (Ferreira, 1994; Robert, 1984). Deriva do sufixo latino *-alis*.

Governabilidade está dicionarizada, em português, como:
1. Qualidade de governável (Ferreira, 1994).

O sufixo nominal *-dade* denota “‘qualidade’, ‘modo de ser’, ‘estado’, ‘propriedade’: = bondade (< lat. bonitate), ruindade, normalidade, orfandade” (Ferreira, 1994).

Resumindo, temos na língua portuguesa a palavra *governabilidade*, com um sentido bastante claro: “qualidade daquilo ou daquele que é governável, que se deixa governar, que é dócil”. Por outro lado, nem *governamentalidade* nem *governamentabilidade* estão dicionarizadas na língua portuguesa. Mas é fácil ver que essas palavras derivam do adjetivo *governamental*, dicionarizado.

Por se tratar de neologismos, temos, então, de decompor *governamentalidade* e *governamentabilidade*. Assim, por derivação, depreende-se que *governamentalidade* significa “qualidade (ou modo de ser, propriedade, etc.) daquilo que é governamental, ou seja, daquilo que pertence ou é relativo ao governo, daquilo que parte ou emana do governo”. De forma similar, *governamentabilidade* também se refere a *governamental*; mas, nesse caso, foram mantidos os sufixos *-al*, *-ável* e *-dade*. Sem perda de sentido e por motivos, digamos, econômicos, podemos fazer a segunda forma recair sobre a primeira. E talvez tenha sido por isso mesmo que Machado (1982) tenha usado preferentemente *governamentalidade*.

Em outras línguas

Como sabemos, a obra de Michel Foucault tem sido amplamente traduzida, divulgada e utilizada principalmente em países de língua inglesa. Penso que, por isso, é interessante observar como, aí, a palavra *gouvernementalité* tem sido traduzida e referida. Se formos tomar como exemplo as obras e os autores com a mais ampla circulação, veremos que em todos eles esse conceito é grafado como *governmentality*: Goldstein (1994), Gutting (1994), Simons (1995), Ball (1990), Hoy (1992), Gane & Johnson (1993), Hunter (1988, 1994), Burchell, Gordon & Miller (1991).

Assim como na língua portuguesa, essa palavra não está dicionarizada em inglês. E, também como no português, em inglês a palavra *governmental* é registrada como “do governo ou a ele relativo” (Webster’s, 1961, v. I, p.983). Mas há, ainda, o registro de *governmentalize* como “sujeitar à regulação ou ao controle de um governo” (ib.) e de *governmentalization* como a “ação ou resultado de sujeitar à regulação ou ao controle de um governo” (ib.).

O que será útil para a argumentação que desenvolverei mais adiante é lembrar que está dicionarizada, em inglês, uma palavra para denotar “a qualidade daquele que pode ser governado” — e que em português, se fosse o caso, corresponderia ao nosso *governabilidade*. Trata-se de *governableness*, enquanto “qualidade daquele que é capaz de ser governado (como ser governável por um conselho prudente — George Meredith)” (ib., p.982). Por outro lado, também como em português, *governable* denota “digno ou possível de sofrer uma ação de governo ou direção” — pela sufixação da partícula *-able* (Morris, 1970). O acréscimo de mais um sufixo — *-ness*, de origem germânica — modula a palavra, já sufixada, para “estado, qualidade ou condição de ser (de alguma maneira)” Morris (1970), o que, no caso, corresponde a “estado, qualidade, etc. de ser governável”.

Como mais dois exemplos, podemos citar a tradução italiana de Foucault (1994a): *La governamentalità* (Foucault, 1978) e a tradução espanhola feita por Julia Varela: *La gubernamentalidad* (Foucault, 1981). Temos um exemplo do uso de *governabilidad*, em espanhol, na *Introdução* que Morey (1991, p.12) faz a Foucault (1991). Exemplos do uso de *gubernamentalidad* encontram-se em Balbier (1990).

Como traduzir?

Recapitulando: até aqui situei o neologismo foucaultiano *gouvernementalité*, descrevi e analisei etimologicamente suas traduções e usos na língua portuguesa, mostrei que duas das três formas se equivalem — a saber, *governamentalidade* e *governamentabilidade* — e dei exemplos de como isso foi feito em outras línguas: no espanhol, no italiano e, especialmente, no inglês.

A seguir, vou apresentar as razões que apontam, necessária e suficientemente, no sentido de que *gouvernementalité* seja traduzida, para a língua portuguesa, como *governamentalidade*. Para tanto, vou contra-argumentar com relação à “defesa” que alguns fazem a favor do uso de *governabilidade*.

Uma daquelas defesas consiste em se dizer que Foucault falava em disciplinamento, corpos dóceis, autogoverno, etc. e, portanto, falava em corpos governáveis. Daí, basta um passo para chegarmos à palavra *governabilidade* (dos corpos). Como contra-argumento, eu digo que o programa foucaultiano da crítica da razão governamental se desenvolve em outro plano, no plano da Teoria Política. É claro que esse plano se articula necessariamente com o plano dos indivíduos e seus corpos; como nos mostrou Foucault, a dobradiça que faz a articulação entre a anátomo-política (ao nível do corpo) e a bio-política (ao nível da população) é o sexo (Foucault, 1993). Os corpos podem até ser governáveis, e daí falaríamos em governabilidade dos corpos. Mas, no curso de 1978, o filósofo falava de outra coisa: falava da governamentalização do Estado. Certamente esse processo de governamentalização só pôde ocorrer porque se estabeleceram algumas condições de possibilidade, por volta do século XVIII, entre as quais o desenvolvimento de técnicas de disciplinamento, docilidade e autogoverno (governo do próprio corpo). Mas não há dúvida de que estamos lidando com dois planos diferentes.

Aliás, até mesmo num dos textos que citei porque usa *governabilidade* (Senellart, 1995), o autor fala que está tratando da razão de governo, da “crítica da razão governamental” (ib., p.1, 2, 13), mas a tradutora, Maria das Graças de Souza do Nascimento, optou por *governabilidade*!

Uma outra defesa consiste em se dizer que já temos, na língua portuguesa, a palavra *governabilidade* —de que Foucault não dispunha em francês— e, por isso, não haveria por que criar um neologismo na nossa língua. Isso é mais ou menos o mesmo que dizer (ou supor) que como ele não dispunha de uma palavra em francês, teria criado o neologismo a partir de *gouvernemental*; mas que poderia ter escolhido *gouvernable*. Em resposta, eu lembro que *gouvernable* significa “que se pode governar, que se deixa governar”, da mesma forma que *governabilidade* denota a qualidade daquele ou daquilo que se pode governar ou que se deixa governar, que é dócil, que é obediente. É exatamente nesse sentido que se diz: “É fácil treinar esse cão; ele tem boa *governabilidade* (ou, também, docilidade, maneabilidade, etc.)”. Se atentarmos, porém, aos significados que o filósofo deu a *gouvernementalité*, veremos que sob esse significante ele não se referia a uma qualidade de alguém (pessoas) ou algo (Estado) que seria dócil ou facilmente dirigido, mas se referia a uma qualidade segundo a qual o Estado foi se tornando governamental. A governamentalização é o processo (ação) que tem por objeto o Estado; essa ação consiste numa captura (pelo Estado) de determinadas técnicas de governo e sua ampliação de modo a permitir a sobrevivência do próprio Estado. O resultado desse processo é um novo tipo de Estado, o Estado moderno, o Estado governamental. Como, de maneira muito clara, disse Machado (1982), o projeto de Foucault era “explicar a gênese do Estado a partir das práticas de governo, da gestão governamental, ou da “governamentalidade”... (p.200). Se reduzirmos, como antes propus, essa última palavra a *governamentalidade* —operação “de economia” que não modifica a filiação etimológica a *governamental*— ficará claro, mais uma vez, que esse conceito se refere a questões governamentais e não a algo ou alguém “que pode ser governado ou dirigido” —na primeira acepção de Ferreira (1994)—, a algo ou a alguém que é “dócil, obediente” —na segunda (e última) acepção de Ferreira (1994).

Para reforçar meu contra-argumento, lembro que jamais encontrei, em todos os textos em língua portuguesa que tratam desse assunto, as expressões “governabilizar o Estado” ou “governabilização do Estado”, mas sim “governamentalizar o Estado” e “governamentalização do Estado” (além dos textos citados, vide também Dreyfus & Rabinow, 1995).

Na mesma linha do contra-argumento acima, podemos ver a solução que os tradutores e autores de língua inglesa deram para *gouvernementalité*. Mesmo estando dicionarizada, em inglês, a palavra *governableness*, ou seja, mesmo dispondo de uma palavra inglesa, eles preferiram criar o neologismo *governmentality*. Talvez isso tenha sido de certa maneira facilitado pelo fato de já haver, naquela língua, as palavras *governmentalize* e *governmentalization*. Mas, seja como for, mantiveram o conceito ligado à noção de *governmental*.

E então?

E então, por tudo que documentei acima, a tradução do neologismo foucaultiano francês *gouvernementalité* para o português deve ser *governamentalidade*.

À acusação de que, assim fazendo, se estará carregando a língua portuguesa de mais um neologismo, eu respondo, indiretamente, com uma afirmativa e com três perguntas.

A *afirmativa*: a língua é viva; ela se transforma por mudanças, acréscimos e perdas —semânticas, sintáticas, de regências, de palavras, de prosódia, etc., etc. Portanto, deixemo-la viver...

A *primeira pergunta*: é possível manter a forma *governabilidade* e continuar falando em governamentalizar, governamentalização, razão governamental?

A *segunda pergunta*: em nome de quê temos o direito de deslocar um radical — de *governamental* para *governável* —, deslocando, automática e necessariamente, o sentido de uma palavra?

A *terceira pergunta*: afinal, um conceito foucaultiano tão elaborado e inovador, como o de *gouvernementalité*, não merece uma nova palavra na língua portuguesa?

Algumas palavras finais

Conforme anunciei no início, este Capítulo talvez tenha sido por demais técnico. De qualquer maneira, espero que ele venha a ser útil para quem estiver interessado tanto em revisar alguns aspectos básicos do pensamento político de Michel Foucault, quanto em adotar, em língua portuguesa, um vocabulário coerente e conseqüente para tratar das coisas do governo numa perspectiva foucaultiana. Longe de querer padronizar a nomenclatura, e mais longe ainda de pensar que é possível encerrar o significado num conceito e o conceito numa palavra, o que mais me preocupou foi apontar no sentido de que podemos melhorar a estabilidade dos nossos discursos quando conhecemos melhor e observamos com cuidado as conexões entre as palavras, seja em termos de suas derivações, seja em termos de suas composições. Isso nada tem a ver com buscar os assim chamados “verdadeiros significados” das palavras, nem com apontar os seus usos “verdadeiramente corretos”, nem, muito menos, com aspirar à exatidão dos enunciados. Isso tem a ver, simplesmente, com a busca de mais rigor e mais clareza para os nossos discursos.

Referências bibliográficas

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Bloch, 1999.
- ALMEIDA, Napoleão M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1980.
- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1958.
- AUGÉ, Pierre. (dir). *Larousse du XX siècle*. Paris: Larousse, 1977.
- BAKER, Keith. A foucauldian French Revolution? In: GOLDSTEIN, Jan. *Foucault and the writing of History*. Oxford: Blackwell, 1994. p. 187-205.
- BALBIER, E. et al. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990.
- BALL, S. J. (ed.) *Foucault and Education*. London: Routledge, 1990.
- BASILIO, Margarida. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 2000.
- BURCHELL, G., GORDON, C. & MILLER, P. *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- DICCIONARIO DE LA REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Madrid: Espasa Calpe, 1995.
- DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- _____. *Dicionário Aurélio Eletrônico* (Novo Dicionário da Língua Portuguesa). Versão 1.4. Rio de Janeiro, 1999.
- FOUCAULT, Michel. La gouvernementalité. *Aut/Aut*, n.167-168, 1978. p.12-29.
- _____. La gubernamentalidad. In: VARELA, J. (comp.) *Espacios de poder*. Madrid: La Piqueta, 1981. p.9-26.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. *Tecnologías de yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós Ibérica, ICE de la Universidad Autónoma de Barcelona. 1991.
- _____. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p.277-293.
- _____. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. *Dits et écrits*. v.IV. Paris: Galimard, 1994.
- _____. La gouvernementalité. In: _____. *Dits et écrits*. v.III (1976-1979). Paris: Galimard, 1994a.

- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L. & RABINOW, P. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.
- _____. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREIRE, Laudelino. *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- GANE, M. & JOHNSON, T. *Foucault's new domains*. London: Routledge, 1993.
- GOLDSTEIN, Jan. (ed.). *Foucault and the writing of History*. Oxford: Blackwell, 1994.
- GUTTING, Gary. *The Cambridge companion to Foucault*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- HOY, David. C. (ed.). *Foucault: a critical reader*. Oxford: Blackwell, 1992.
- HUNTER, Ian *Culture and government: the emergence of literary education*. Houndmills: The Macmillan Press, 1988.
- _____. *Rethinking the school: subjectivity, bureaucracy, criticism*. St. Leonards: Allen & Unwin, 1994.
- LAROUSSE DE LA LANGUE FRANÇAISE. *Lexis*. Paris: Librairie Larousse, 1979.
- LUFT, Celso P. *Novo manual de Português*. São Paulo: Globo, 1991.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: D. Quixote, 1993.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p.vii-xxiii.
- MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, v.7, n.1-2, 1995. p.83-103.
- MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.
- MOREY, Miguel. Introducción: la cuestión del método. In: FOUCAULT, M. *Tecnologías de yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós Ibérica, ICE de la Universidad Autónoma de Barcelona. 1991. p.9-44.
- MORRIS, William (ed.). *The American Heritage Dictionary of the English Language*. Boston: American Heritage, Houghton Mifflin, 1970.
- ROBERT, P. *Le Petit Robert*. Paris: Le Robert, 1984.
- RORTY, Richard. *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Lisboa: D. Quixote, 1988.
- SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: UnB, 2001.
- SANTOS, José Vicente T. Michel Foucault: um oensador das redes de poderes e das lutas sociais. *Educação, subjetividade e poder*. Porto Alegre, v.3, n.3, 1996. p.7-16.
- SENEILLART, Michel. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, v.7, n.1-2, 1995. p.1-14.
- SILVA, Tomaz (org.)
- SIMONS, Jon. *Foucault & the political*. London: Routledge, 1995.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault e Educação: outros estudos foucaultianos. In: SILVA, Tomaz T. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos* (org.). Petrópolis: Vozes, 1994. P.225-246.
- _____. Michel Foucault e Educação: há algo de novo sob o sol? In: _____. *Crítica Pós-estruturalista e Educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995. P.9-56.

- _____. Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola? In: ALVES-MAZZOTTI, Alda et alii. *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP/A, 2000. p.9-20.
- _____. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos (org.) *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.105-118.
- _____. Espaço e currículo. In: LOPES, Alice C. & MACEDO, Elizabeth F. (org.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.201-220.
- WEBSTER'S THIRD NEW INTERNATIONAL DICTIONARY of the English Language. Chicago: *Encyclopædia Britannica, William Benton*, 1961.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado lógico-filosófico e Investigações filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
-

* Publicado em:

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L. & VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.13-34.

** Alfredo Veiga-Neto é Doutor em Educação. Foi Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACED/UFRGS); é Professor Convidado do PPG-Educação da UFRGS, Porto Alegre, Brasil. alfredoveiganeto@gmail.com